

4. ESTUDO DO COTIDIANO: DIFICULDADES CONCEITUAIS

Até os enunciados contraditórios têm algo em comum: ambos aceitam a questão a que dão respostas incompatíveis.

STEPHEN TOULMIN

QUESTÕES PRELIMINARES

No capítulo anterior, insistimos na idéia de que a importância de estudo do cotidiano não é, de forma interessante, examinável isoladamente da questão referente à possibilidade do estudo científico do tema. No fundo, o que queremos frisar é que o estudo do cotidiano só será interessante se for possível partir dele para um esforço de constituição de uma ciência do homem. Sem essa possibilidade, o estudo do cotidiano não superará o nível do registro de trivialidades. A não compreensão deste ponto tem sido responsável por uma verdadeira banalização do estudo do tema como se o simples fato de registrar o dia-a-dia fosse, em si mesmo, algo cientificamente importante. O resultado desse equívoco – que não obstante vai dando origem a um modismo – tem sido uma pletora de investigações trazendo um

aluvião de informações, vazadas num jargão pseudocientífico, descrevendo banalidades do dia-a-dia e se esgotando nisso¹.

Outro não poderia ser o resultado do que é, afinal de contas, uma ingênua dissociação da questão da importância do cotidiano da questão da possibilidade científica de seu estudo. Numa posição acrítica, a importância do cotidiano é, simplesmente, declarada e postulada. Daí, a possibilidade de seu estudo reduzir-se meramente às questões metodológicas de *como* fazer isso². Na perspectiva em que nos colocamos, as questões metodológicas são menores embora extremamente complicadas. Para nós, o problema da possibilidade de estudo científico da vida cotidiana é, no fundo, o da própria possibilidade de uma totalidade revelar-se por alguma de suas partes. Com relação a este tópico, o essencial é, pois, saber como orientar o processo de conhecimento em face da multiplicidade desnorteante de aspectos da vida cotidiana de modo a encontrar o fio que estabelece a ligação e a continuidade entre eles e permite a compreensão daquilo que na aparência é um caos empírico. Porque os fatos da cotidianidade, tanto individual como social, apresentam-se articulados numa *trama* em *fluxo* permanente que abrange por inteiro a vida de seus protagonistas. Nessas condições, as cotidianidades individuais ou sociais parecem ser *totalidades*, aparentemente inapreensíveis, pois como seria possível o acesso cognitivo a uma realidade totalizada pela interdependência e fluência de seus inumeráveis componentes? Mesmo no caso de uma singular vida individual, a cotidianidade inclui uma tal multiplicidade de aspectos, de elementos, de episódios e de suas inter-relações que o

1. Um exemplo, até grotesco, dessa categoria de investigação, encontramos no trabalho "A Transição da Sala de Chá: Sexo Impessoal em Lugares Públicos" de Land Humphreys publicado na coletânea: *A Observação Sociológica*, M. W. Riley e E. E. Nelson [orgs.], trad. de L. F. D. Duarte, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 148-160. Nesse trabalho, o autor simplesmente coloca-se no papel de *voyeur* em banheiros-públicos etc... e coleta dados a respeito de práticas homossexuais conseguindo, até mesmo, entrevistar muitos praticantes. Embora seja verdade que, eventualmente, até uma banal observação possa conduzir a hipóteses interessantes, não é também mesmo verdadeiro que esta *passagem* de observações a hipóteses só ocorre pela intervenção de alguma teoria e não pelo simples acúmulo daquelas.
2. O exemplo referido na nota anterior é pródigo na enumeração das dificuldades de acesso a certos episódios cotidianos. É claro que, no caso, elas são muito especiais, mas, descartando isso, as dificuldades que o autor enfrentou não são muito diferentes daquelas enfrentadas pelos responsáveis por pesquisas participantes. Contudo, seguramente, os principais problemas no estudo da vida cotidiana não são os de acesso a determinados fatos por mais difícil que isso possa ser em determinados casos, mas o que fazer com o material colhido.

seu registro total é empiricamente quase impossível. Aliás, atualmente, somente a alguma versão primária de empirismo poderia ocorrer que a edificação da ciência tenha algo a ver com o registro completo de todos os fatos. Não vamos nos deter aqui em mostrar o despropósito epistemológico de um tal empreendimento, mas talvez não seja ocioso assinalar a embaraçosa inutilidade de um esforço nesse sentido por meio de um simples exemplo: imagine-se a monstruosidade discursiva que seria uma *História Total* da humanidade construída pelo registro completo de todos os fatos humanos em todas as épocas³.

Mas, se o caminho do *Registro Total* é antes um descaminho e por isso inviável, permanece ainda intocada a questão de como apreender a totalidade que até mesmo uma simples e singular vida individual parece ser. Talvez o primeiro passo para tentar superar essa dificuldade seja reconhecer, no caso da cotidianidade, que a idéia de uma totalidade não é uma descoberta empírica a florada espontaneamente da observação, mas fruto de uma *operação conceitual*, do exercício cognoscitivo de um ponto de vista. Este ponto de vista é sempre teórico, num sentido bem amplo, que pode variar desde um quadro perceptivo pessoal, rudimentar e emotivo, até um explícito e sofisticado conjunto articulado de hipóteses. O que é essencial, em qualquer caso, é a existência de um ponto de vista capaz de estabelecer uma configuração àquilo que sem ele seria inteiramente desconexo e até caótico⁴.

Até aqui, porém, não eliminamos nenhuma das imensas dificuldades que se levantam ao esforço de apreensão da totalidade em que parece constituir-se o mundo cotidiano, individual ou social. Na verdade, estamos tentando justamente estabelecer o contorno desses

3. Aliás, a ironia de Borges fixou, até com crueldade, o supremo ridículo de tais iniciativas totalizantes, na seguinte passagem: "... Naquele Império, a Arte da Cartografia logrou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império toda uma Província. Com o tempo esses mapas desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Adictas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos". J. L. Borges, *O Fazedor*, trad. de R. Roque da Silva, São Paulo Difel, 1984, p. 95.

4. É nesse sentido, aliás, que P. Veyne concebe o que ele chama *história conceitual*, quando afirma: "São os conceitos que a distinguem [a história] do romance histórico e de seus próprios documentos; se ela fosse ressurreição e não análise, não seria necessário escrevê-la: *Guerra e Paz* seria suficiente, ou os filmes de atualidades. A realidade existe sem ser concebida distintamente, o romancista a cria ou recria; o historiador dá o seu equivalente conceitual". P. Veyne, "A História Conceitual", em *História (Novos Problemas)*, trad. de Theo Santiago, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976, p. 70.

embaraços epistemológicos ou metodológicos dos quais um dos mais relevantes é, sem nenhuma dúvida, o próprio conceito de totalidade. Segundo Nagel: "as palavras 'totalidade', 'soma' e seus derivados são excepcionalmente ambíguas, metafóricas e vagas. Portanto, com frequência é impossível avaliar o valor cognoscitivo e o significado de enunciados que as contêm, de modo que é necessário distinguir e aclarar os muitos sentidos de tais palavras"⁵.

Não cabem aqui extensivas considerações sobre o conceito de totalidade porque isso nos desviaria dos objetivos específicos que nos interessam. Trata-se, porém, de um conceito de tal importância para as ciências em geral e, particularmente, para as ciências humanas, que não é exagero dizer que qualquer teoria nestas últimas somente poderá ser examinada a partir de como assume ou pressupõe algum entendimento da idéia de totalidade. Nessas condições, o primeiro esforço no sentido de tentar remover a aparente inapreensibilidade de uma dada totalidade deve visar ao esclarecimento de qual é a *natureza* da totalidade admitida ou pressuposta. Com relação a esse ponto, é essencial, preliminarmente, estabelecer a distinção entre a totalidade cuja composição consiste em algo que difere *qualitativamente* da mera agregação de suas partes, daquelas outras cuja composição se obtém pela justaposição ou por algum tipo de adição de partes sem que isso gere novas qualidades⁶. No primeiro caso, teríamos, ao considerar as

5. E. Nagel, *La Estructura de la Ciencia*, trad. de G. Klimovsk, Buenos Aires, Paidós, 1968, p. 348. Além dessa obra que contém um quase exaustivo balanço dos significados possíveis do termo "totalidade" em muitas áreas do conhecimento e das repercussões e dificuldades epistemológicas e metodológicas em cada caso, há outros tratamentos cujo exame é indispensável para o campo das ciências humanas. Dentre eles, um dos mais complexos é a investigação lógico-metafísica de Husserl "Sobre a teoria de todos e partes" incluída nas *Investigações Lógicas* e cuja possibilidade de aplicação aos mais diversos setores do saber humano apenas foi aflorada. Num linha de orientação marxista, é obrigatório destacar pelo menos dois trabalhos, o escrito de Lukács intitulado "Rosa Luxemburgo como Marxista", que parte justamente da afirmação da centralidade do conceito de totalidade no marxismo e a obra *Dialética do Concreto* de K. Kosik, autor também preocupado com a possível aproximação, com relação ao assunto, entre a posição marxista e a fenomenológica. Para terminar, ainda algumas referências obrigatórias: o breve e fecundo exame do assunto feito por Bento de Jesus Caraça (*Os Conceitos Fundamentais da Matemática*) e os trabalhos de cibernética que discutem a idéia de complexidade, como se pode ver, por exemplo, em *As Ciências do Artificial* de H. Simon e em *Introdução à Cibernética* de W. R. Ashby.

6. É claro que, em muitos casos, ao atingir um ponto crítico ou extremo, simples alterações quantitativas poderão produzir modificações qualitativas. Porém, essa chamada "lei" dialética não invalida a distinção feita nem a torna pouco útil, simplesmente estabelece que tendencialmente toda "soma" (pelo incremento de suas unidades constitutivas) poderá dar origem a uma "totalidade", nos termos aqui referidos.

totalidades, de levar em conta as qualidades emergentes que pertencem às totalidades enquanto tais e que não são redutíveis àquelas de cada uma de suas partes separadamente⁷. No segundo caso, as totalidades refletiriam apenas a junção e a persistência de qualidades já presentes nas partes. Embora essa distinção seja tosca, não é trivial, pois não é difícil imaginar o seu alto valor heurístico para amplas áreas do conhecimento. Por exemplo, no estudo que nos interessa – o da vida cotidiana –, essa distinção já nos permite uma importante decisão epistemológica, pois, ou consideramos qualquer cotidianidade (de vidas singulares ou de grupos sociais) como um objeto a ser classificado como “totalidade” (todo não-aditivo), ou como “soma” (todo aditivo), e qualquer que seja a decisão, ela é preñe de implicações metodológicas⁸. Por razões óbvias e fastidiosas de aqui enumerar, preferimos considerar uma cotidianidade qualquer (individual ou social) como uma realidade que não se obtém pela simples junção dos elementos (quaisquer que sejam eles) que a compõem⁹. Tomada esta decisão, cumpre-nos explicitar as suas conseqüências para o processo de conhecimento da cotidianidade. Parece-nos que, neste ponto, estamos em face daquilo que Reichenbach chamou de “*volitional bifurcation*”¹⁰, isto é, a necessidade de optar, numa certa fase da investigação,

É preciso lembrar também que, embora falemos em “partes” e “todos”, essas expressões não devem ser tomadas num sentido absoluto, pois isso as esvaziaria de um ponto de vista heurístico. A. Koestler focalizou a questão com muita propriedade ao mostrar que “partes” e “todos”, no mundo empírico, somente o são com relação a uma dada organização hierárquica e numa certa perspectiva de estudo. Cf. A. Koestler, *Jano* [Parte I, cap. I], trad. de N. Deola e A. Deola, São Paulo, Melhoramentos, 1981, pp. 37-69.

7. “Em termos gerais, o conceito de *emergência* tem sido usado para caracterizar certos fenômenos como *novos*, não meramente no sentido psicológico de serem inesperados, mas no sentido teórico de serem inexplicáveis ou imprevisíveis na base de informações referentes às partes especiais ou outros constituintes dos sistemas nos quais os fenômenos ocorrem”. C. Hempel, *Aspects of Scientific Explanation*, Nova Iorque, The Free Press, 1970, p. 259.
8. É claro que embora se trate de uma decisão epistemológica, ela só é possível a partir de determinados pressupostos ontológicos. No entanto, é óbvio que pressupostos ontológicos amplamente diferentes poderiam, no caso, fundamentar uma mesma decisão epistemológica.
9. Embora não pretendamos nos estender sobre a justificativa de uma tal decisão, não seria difícil alinhar algumas razões para tomá-la. Por exemplo, Bertalanffy afirma que “qualquer objeto” pode ser definido como sistema pelas “interações entre os elementos componentes”. Essa “coesão” de partes seria suficiente, por si só, para caracterizar uma vida cotidiana qualquer, individual ou social, como uma totalidade, isto é, um tipo de sistema. Cf. L. von Bertalanffy, *Perspectivas en la Teoria General de Sistemas*, trad. de A. Santisteben, Madri, Alianza Editorial, 2ª impressão, 1986, p. 152.
10. Cf. H. Reichenbach, *Experience and Prediction*, 5ª impressão, Chicago, The University of Chicago Press, 1957, pp. 11 e 33.

entre concepções divergentes e que, por isso mesmo, repercutem de modo diferente nos momentos posteriores do processo de conhecimento. A questão central numa situação desse tipo não é a de *provar o acerto da escolha feita*, mas sim o de explicitar outras decisões dela decorrentes ou a ela vinculadas (*entailed decisions*).

EMBARAÇOS METODOLÓGICOS

A decisão de considerar a vida cotidiana como uma totalidade nos obriga a esclarecer como será possível apreender essa realidade. Antes, porém, de tentar empreender essa difícil tarefa, convém tentar bloquear certos descaminhos com relação ao assunto.

Numa primeira aproximação pode parecer que a nossa tarefa seria a de explicitar a “metodologia” de estudo da cotidianidade. Contudo, temos resistência a esse entendimento. A própria expressão é enganadora porque a idéia de método, qualquer que seja ela, pressupõe, num sentido lógico, a existência de um conjunto de procedimentos seqüenciais cuja utilização conduziria a determinados resultados. Essa é, aliás, a essência da idéia baconiana de método e, em verdade, um dos legados mais persistentes e nefastos de seu pensamento sobre ciência. Contudo, não acreditamos que o acesso cognitivo à cotidianidade seja uma questão de busca e aplicação de uma “metodologia adequada”. A propósito – e parafraseando Montaigne – gostaríamos de lembrar que assim como as bússolas são inúteis a quem não escolheu o seu porto de destino, também os roteiros metodológicos são ilusórios a quem não definiu uma *perspectiva teórica* para estudo da realidade. Ilusão que pode até mesmo ter efeitos esterilizantes na criatividade de estudiosos obcecados em assegurar o êxito do trabalho intelectual pela aplicação criteriosa de um *método adequado*¹¹.

Na verdade, a expressão “método”, quando usada com relação à investigação científica, é, como dissemos, altamente enganadora por-

11. Haja vista a aflição de muitos iniciantes na investigação dos assuntos humanos em se apropriarem, preliminarmente, de uma metodologia. Há casos até em que essa aflição se transforma num profundo constrangimento intelectual se não se é capaz de explicitar a “metodologia” que conduziu aos resultados da investigação realizada. Aliás, as agências financiadoras de projetos de pesquisa reforçam essa preocupação porque nos seus formulários exigem referência à metodologia a ser utilizada pelos pleiteantes de recursos.

que sugere a existência de procedimentos regulares para alcançar o êxito. Ora, o êxito na investigação científica, naquilo que ela tem de mais relevante, que é a criação de novas idéias (hipóteses, teorias, conceitos), é refratário a qualquer regulação garantidora de resultados. No entanto, a partir de Bacon e de Descartes, consolidou-se nas comunidades científicas a ilusão de que o trabalho de investigação na ciência é fruto da aplicação criteriosa de uma metodologia.

Embora não seja nosso propósito um exame mais extensivo do assunto, neste momento, convém lembrar que a ilusão metodológica repousa sobre a idéia de que "todo desempenho inteligente envolve a observância de regras ou a aplicação de critérios. Segue-se daí que toda ação inteligente precisa ser precedida por um reconhecimento intelectual dessas regras ou critérios"¹². Esse modo de relacionar atividades e regras, que é inteiramente aceitável com relação a algumas atividades, é também altamente discutível no que diz respeito a outras. Basta que se pense numa atividade essencialmente criadora, como é o caso da elaboração de hipóteses, teorias e conceitos, para que fique evidenciado o caráter não regulável da criação científica. Aqui cabe a distinção feita por Scheffler entre atividades exaustivamente reguláveis e atividades não exaustivamente reguláveis¹³. Com relação às primeiras, a estrita e competente observância de regras adequadas garante o êxito da atividade, no segundo caso, tal não ocorre porque falta uma condição essencial: a formulação de regras adequadas. Quais são as regras adequadas para a criação científica? Embora a idéia de método científico repouse na esperança de que elas sejam formuláveis, toda evidência histórica é no sentido contrário. Não há métodos para inventar idéias. Os procedimentos heurísticos auxiliam àqueles que deles são capazes de se aproveitar.

Para ilustrar os eventuais efeitos perniciosos da ilusão metodológica, tomemos um exemplo. Até mesmo um autor do nível de Lukács, num arroubo de entusiasmo pelo poder do método, proclamou com veemência:

Assim, o marxismo ortodoxo não significa reconhecimento acrítico dos resultados da investigação marxiana, nem "fé" em tal ou qual tese, nem interpretação de uma escritura "magada". Em questões de marxismo a ortodoxia refere-se ao método. Essa

¹² G. Ryle, *The Concept of Mind*, Inglaterra, Penguin Books, reimpressão de 1978, pp. 29-30.

¹³ I. Scheffler, *A Linguagem da Educação*, trad. de Balthazar Barbosa Filho, São Paulo, Edusp/Saravá, 1974, cap. IV.

ortodoxia é a convicção científica de que no marxismo dialético descobriu-se o método correto de investigação e que esse método não pode ser continuado, nem ampliado ou aprofundado senão no sentido de seus fundadores. E que, de outra parte, todas as tentativas de "superá-lo" ou de "corrigi-lo" têm conduzido e conduzem necessariamente a sua deformação superficial, à trivialidade e ao ecletismo¹⁴.

Mas, não obstante o arrebatamento dessa declaração e o apelo à fidelidade ao "método correto", nenhum marxista respeitável – como, aliás, é o caso do próprio Lukács – se abalançaria, sob pena de simplificação grosseira, a explicitar sem ambigüidade e vagueza os cânones do chamado método dialético. Até pelo contrário. O que se nota é uma preocupação no sentido de acautelar-se contra abstrações indevidas. Lefebvre, por exemplo, é muito claro a respeito: "O materialismo dialético se desenvolve como um método de pensamento que não é vazio e formalmente separável de seu objeto (concepção escolar e escolástica), mas que se aprofunda ao mesmo tempo que seu conteúdo. [...] O método dialético envolve, implica um conteúdo científico, filosófico e humano"¹⁵.

Essa advertência não apenas é muito clara como também parece muito necessária¹⁶. Haja vista a freqüência com que advertências semelhantes têm sido feitas por autores de orientação marxista preocupados em obstar que um escolasticismo equivocado transforme a metodologia de Marx num preceituário abstrato a ser confusa e dogmaticamente aplicado, como já tem acontecido¹⁷.

14. G. Lukács, "Que Es el Marxismo Ortodoxo", em *História y Consciencia de Classe*, trad. de M. Sacristán, Barcelona, Grijalbo, 1975, pp. 1-2.

Na verdade, seria até injusto e leviano imputar a Lukács uma visão simplista do que seja "método dialético" na obra de Marx. A simples leitura do trabalho referido evidenciaria que esse não é o caso. Ele próprio, na continuidade do texto, censura o desserviço que Engels prestou ao marxismo ao reivindicar a extensão a toda a natureza de idéias que no pensamento de Marx tinham indiscutível e *essencial* significação histórica. Mas, também é verdade que palavras como as transcritas têm contribuído para a difusão – até o ponto do ridículo – da idéia de que, na obra marxiana, há um método que se pode, com tranqüilidade, abstrair dessa obra e "aplicar" a qualquer objeto.

15. H. Lefebvre, *Critique de la Vie Quotidienne (I – Introduction)*, Paris, L'Arche Éditeur, pp. 189 e ss.

16. Necessidade que decorre também do fato de que Marx – a não ser em poucas passagens muito sóbrias – escreveu de modo que nem sempre facilita o deslinde entre resultados e procedimentos de análise. Nesse sentido, a "metodologia" de Marx está inextricavelmente vinculada à utilização de certas categorias econômicas para a interpretação do capitalismo numa perspectiva histórica.

17. A título de ilustração de advertências feitas, transcrevemos duas passagens:

"Antes de prosseguir, caracterizemos brevemente o método de Marx no começo de *O Capital*,

Essa breve digressão sobre os descaminhos que podem ser criados pela ilusão metodológica foi necessária para que possamos, mais adiante, situar adequadamente aquilo que, a nosso ver, seria um itinerário possível para o acesso cognitivo à cotidianidade. Embora estejamos convencidos de que esse problema não seja, basicamente, de ordem metodológica, os descaminhos a que nos referimos representam um entendimento contrário. É assim que vemos, por exemplo, o que ocorre com certa modalidade de pesquisa participante e com uma variante degenerada do positivismo. Talvez devêssemos ter examinado esses assuntos em momentos anteriores e não neste, no qual o que nos interessa especificamente é o estudo científico da cotidianidade. Porém, como esses “estilos” de investigação têm, nos últimos tempos, mostrado um crescente interesse pelo tema do cotidiano, pareceu-nos adequado examiná-los nesta parte.

Contudo, antes de proceder a esse exame, convém traçar pelo menos um esboço do quadro conceitual inarredável quando se coloca em discussão o estudo científico do homem. Trata-se da questão que diz respeito à peculiaridade dos fatos humanos quando comparados com os fatos físico-naturais.

EXPLICAÇÃO E COMPREENSÃO

Já nos referimos, de passagem, à incompatibilidade entre a idéia da vida cotidiana como uma totalidade não-aditiva e a sua apreensão pelo acúmulo de observações de aspectos isolados dessa trama em permanente fluência. Esse seria, pois, um caminho bloqueado, cujas dificuldades examinaremos um pouco mais adiante.

método que muitos autores têm considerado abusivamente como uma dedução ‘dialética’ de ‘categorias’, de feição mais ou menos hegeliana”. M. Godelier, “Economia Mercantil, Fetichismo, Magia y Ciencia en el *O Capital* de Marx”, em *Economia, Fetichismo y Religión en las Sociedades Primitivas*, trad. de C. Amoros e I. R. de Solís, Madri, Siglo Veintiuno Editores, p. 300.

“Marx empregava um método dialético. Este consistia em ver a história humana como efetivamente tem sido: como um teatro de luta de classes. [...] A dialética é pois um método. Porém, é preciso lembrar a este respeito algo importante. Trata-se de um método para a compreensão da evolução histórica das sociedades e não de um método lógico no sentido *formal* da palavra. [...] Não pode ser reduzido (embora se tenham feito tentativas para isso) a uma terminologia meramente formal.” L. Silva, “Sobre el Método en Marx”, em *Anti-Manual para Uso de Marxistas, Marxólogos y Marxianos*, Caracas, Monte Avila Editores, 3ª ed., 1979, pp. 188-189.

No entanto, em amplos setores das ciências humanas, julga-se que essa situação nos obriga à recusa definitiva de tentar aplicar a estes estudos os procedimentos vigentes nas ciências naturais, principalmente aqueles da física e da química. Esta posição é muito respeitável e merece ser examinada com cuidado. A seu favor, parece que há, pelo menos, uma forte razão.

Essa razão seria a seguinte: se, conforme já foi dito, uma totalidade não-aditiva – como é o caso da vida cotidiana – não se reduz à soma de suas partes, ou essa totalidade é captável globalmente ou simplesmente é inapreensível. Nessas condições, para evitar o impasse da não-cognoscibilidade da cotidianidade, e portanto dos fatos humanos fundamentais, é preciso admitir como pressuposição a possibilidade de algum tipo de captação cognitiva global, distinta dos procedimentos analíticos das ciências naturais.

Na verdade, essa idéia tem uma longa história e vincula-se às vicissitudes do esforço de demarcação do território próprio dos estudos do homem no conjunto das ciências. Essa antiga questão acabou, no final do século XIX, instituindo duas nítidas tradições que ainda hoje representam correntes de pensamento muito vivas em ciências humanas. Trata-se, de um lado, da tradição positivista e, de outro, daquelas nascidas em contraposição a ela. Na linha do positivismo do século XIX, que remonta aos trabalhos de Comte e de Stuart Mill, a idéia de uma ciência do homem formou-se sob a égide da exigência baconiana de unidade metodológica do saber científico e também sob o impacto da ciência física, cujos sólidos fundamentos e numerosos êxitos pareciam então uma segura indicação do paradigma a ser seguido por qualquer investigação científica. A exemplo da ciência física, uma ciência do homem deveria consistir numa formulação causal mecanicista cujo propósito seria o estabelecimento de leis gerais explicativas dos fatos humanos singulares. Mas, já no final do século passado e no início deste, numa clara divergência dessa posição, estabeleceu-se no pensamento alemão (Droysen, Dilthey, Simmel, Weber, Windelband, Rickert), uma intensa reação antipositivista com relação ao estatuto epistemológico e aos procedimentos metodológicos das ciências do homem. Em contraposição à ênfase positivista na unidade metodológica das ciências, defendeu-se a idéia de que a peculiaridade do mundo humano exigia procedimentos próprios para o seu estudo porque o propósito do conhecimento do homem é diferente daquele do conhecimento da natureza. Enquanto com relação a esta o que se visa é ao estabelecimento de leis explicativas causais, no plano do humano o

que importa é a compreensão do fenômeno na sua unicidade. A proposição do assunto nesses termos nos conduz diretamente a um dos problemas centrais referentes à própria possibilidade do estudo científico do homem¹⁸.

A idéia de que os fenômenos humanos são únicos e, portanto, irrepetíveis enquanto os fatos naturais são recorrentes, tem alimentado, ao longo da história, intermináveis polêmicas sobre suas conseqüências para o conhecimento científico do homem. Embora não esteja nas pretensões deste trabalho nem sequer assinalar os momentos principais do desenvolvimento das discussões do assunto, acreditamos poder afirmar que, desde o século passado, grande parte dessas polêmicas tem se concentrado em torno de dois conceitos fundamentais: o de *explicação* e o de *compreensão*¹⁹. A explicação seria a forma predominante do conhecimento do mundo natural, e a compreensão,

18. Há uma imensa bibliografia sobre o assunto e seria até temerário tentar apresentar uma listagem das principais obras, ainda que nos limitássemos aos textos clássicos. Contudo, há um pequeno conjunto de obras cuja consulta oferece uma visão panorâmica e às vezes aprofundada do assunto como também relaciona amplamente a bibliografia sobre o mesmo. É a seguinte:
- Apostel, L. *et alii*. *L'Explication dans les Sciences* [colóquio da Académie Internationale de Philosophie des Sciences e Centre Internationale d'Epistémologie Génétique]. Paris, Flammarion, 1973.
- Chomsky, N. *et alii*. *La Explicación en las Ciencias de la Conducta*, trad. de J. D. Quesada. Madri, Alianza Editorial, 1974.
- Gadamer, H. G. *Verité et Méthode*, trad. de Etienne Sacre. Paris, Éditions du Seuil, 1976.
- Gardiner, P. [org.]. *Teorias da História*, trad. de V. Matos e Sá. Lisboa, Fundação Gulbenkian, 2ª ed., 1974.
- Hempel, C. *Aspects of Scientific Explanation*. Nova Iorque, The Free Press, 1970.
- Hintikka, J. *et alii*. *Ensayos sobre Explicación y Comprensión*, trad. de Luis Vega. Madri, 1980.
- Landsheere, G. De. *La Investigación Experimental en Educación*. [Há versões em inglês e em francês.] Genebra, UNESCO, 1982.
- Outwaite, W. *Understanding Social Life*. Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1975.
- Taylor, C. *The Explanation of Behavior*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 4ª impressão de 1970.
- Wright, G. H. Von. *Explanation and Understanding*. Londres, Routledge & Kegan Paul, reimpressão de 1975.
- Não obstante a amplitude do tema e as grandes variações sobre o mesmo, não acreditamos ser exagero afirmar que as páginas iniciais de Max Weber (*Economia e Sociedade*), os *Essais sur La Théorie des Sciences* e o clássico artigo de C. Hempel "A Função das Leis Gerais em História" captam o essencial das polarizações em torno do assunto. Também é forçoso reconhecer que a pequena obra de P. Winch (*A Idéia de Ciência Social*) é modelar como síntese e originalidade.
19. Segundo Von Wright (*op. cit.*, p. 5), teria sido Droysen o primeiro a se utilizar das expressões "explicação" (*Erklären*) e "compreensão" (*Verstehen*) para assinalar a diferença de propósitos e procedimentos das ciências físicas e humanas.

a do conhecimento das coisas humanas. Essa polarização levou Outwaite a dizer, em livro recente, "que as controvérsias originais [sobre o conceito de compreensão] continuam a assombrar o pensamento social moderno"²⁰. Por isso, o exame do assunto, ainda que de maneira sumária, é incontornável na discussão da possibilidade do estudo científico da cotidianidade.

Nesse exame, o pano de fundo é a dicotomia: ciências nomológicas *versus* ciências idiográficas. Enquanto as ciências do primeiro grupo (físicas, químicas e biológicas) visam à descoberta de leis gerais e regularidades às quais os fatos possam ser referidos e, portanto, explicados, as do segundo grupo (humanas) teriam antes a preocupação de compreender os eventos na sua unicidade. A justificativa dessa dicotomização é simples e atraente: como os eventos naturais são recorrentes, é possível tentar descobrir as leis gerais que determinam suas ocorrências e a partir delas explicá-los e prevê-los, mas o mesmo não se daria com os fenômenos humanos, pois, sendo estes irrepetíveis, somente seria possível descrevê-los e compreendê-los na sua unicidade. O ponto central da questão está, pois, numa admitida unicidade dos fenômenos humanos em contraposição a uma admitida recorrência dos fenômenos físicos.

No entanto, essas pressuposições são mais problemáticas do que parecem à primeira vista. Nem mesmo é fácil estabelecer um significado não trivial para a afirmação de que os fenômenos humanos são únicos e, portanto, não se repetem. Na verdade, se com isso queremos dizer que a sua ocorrência espaço-temporal é singular e distinta de qualquer outra ocorrência, então qualquer evento, seja ele humano ou físico, tem uma individualidade irreduzível. Essa afirmação é, porém, uma trivialidade que por si só não autoriza nenhuma ilação epistemológica ou metodológica. A ocorrência de um trovão, num certo instante e numa certa região, é algo tão único como a irritação de alguém que, num certo momento e local, perdeu um trem, como também é única a Revolução Francesa. Contudo, uma pressuposição absoluta da ciência é a de que é necessário classificar como pertencentes à *mesma* categoria fenômenos que, não obstante sua individualidade irreduzível, apresentam entre si um alto grau de semelhança com relação a determinados aspectos²¹. Aliás, sem esta pressuposição

20. W. Outwaite, *op. cit.*, p. 13.

21. Collingwood usa a expressão "pressuposição absoluta" não no sentido de indicar uma verdade

nenhum evento, físico ou humano, seria sequer descritível²². Nesse sentido, recorrência não é sinônimo de repetição. Para determinar se, num caso qualquer, ocorreu a *repetição* de um fenômeno, seria necessário que se dispusesse de descrições exaustivas dos eventos considerados. Ora, como sabemos, isso é impossível, porque qualquer descrição de um evento representa sempre um compromisso teórico e, nessas condições, ela é inapelavelmente parcial, é apenas um ponto de vista dentre uma infinidade possível. A idéia de uma linguagem da observação descomprometida e inteiramente objetiva é uma ficção epistemológica já superada. Assim, a alegada natureza recorrente dos eventos físicos, para distingui-los dos eventos humanos, apenas significa a conveniente decisão de considerar diferentes ocorrências singulares como *repetições* (exemplos) de um mesmo fenômeno, porque não é possível ou interessante estabelecer distinções a partir das descrições disponíveis. É essa decisão que cria condições para a descoberta de leis gerais ou regularidades.

Ao se propor a questão nesses termos, o fundamento das pretendidas diferenças entre as ciências humanas e as ciências físicas desloca-se, pelo menos parcialmente, do plano ôntico para o epistemológico e o metodológico. Não se trata, evidentemente, de negar as inevitáveis diferenças entre o conhecimento dos assuntos humanos e o conhecimento do mundo físico mas da recusa em aceitar uma diferenciação rígida a partir de uma demarcação estanque dos objetos dessas ciências. Como disse Toulmin, os “domínios” das disciplinas científicas “devem ser identificados, não pelos objetos de que tratam, mas pelas questões que se planejam a propósito deles”²³. Aliás, outra não

inquestionável, mas algo cuja admissão é indispensável numa determinada situação. No caso, sem a sua admissão, não seria concebível um conhecimento geral. Cf. R. G. Collingwood, *An Essay on Metaphysics*, Oxford, At Clarendon Press, 1969, cap. IV.

22. “É uma crença de qualquer ciência, que um ilimitado número de fenômenos pode ser compreendido em termos de um limitado número de conceitos. Sem esta fé, a ciência não poderia ter nenhuma motivação. Negar esta crença é afirmar o caos primário da natureza e a conseqüente futilidade do esforço científico.” L. L. Thurstone, *Multiple Factor Analysis*, Chicago, The Chicago University Press, 1947, p. 51.

23. Essa idéia tem o mérito de dar realce ao caráter social da ciência. Conhecer cientificamente deixa de ser um esforço abstrato e isolado de decifração de enigmas ônticos imutáveis, para revelar-se como uma atividade historicamente localizada e condicionada – não apenas por um conjunto de entidades – mas também e sobretudo pelos problemas e “ideais explicativos” que os homens conseguiram formular numa determinada situação de vida. Cf. S. Toulmin, *Human Understanding* [Vol. 1 *General Introduction*], Londres, Oxford University Press, 1972, Section B.

era a posição de Weber quando disse: "O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões 'objetivas' entre as coisas mas as conexões conceituais entre os problemas"²⁴. É sempre possível – como observou Schutz – considerar um objeto da realidade, física ou humana, como um *exemplar* de uma classe de objetos similares ou como algo *único*²⁵. Proceder de uma ou de outra maneira dependerá dos problemas que nos coloquemos a propósito de uma dada situação bem como das atitudes intelectuais que tenhamos com relação ao assunto. Se a preocupação dominante for a descoberta de regularidades, justifica-se plenamente considerar instâncias distintas mas similares num ou noutro aspecto como repetições de um mesmo fenômeno. Mas, se esse não for o caso, poderá ser interessante considerar uma determinada ocorrência como algo único, trate-se ou não de fenômeno humano. Tomemos um exemplo: o suicídio de um determinado indivíduo. É admissível tentar explicar a ocorrência a partir de relações já estabelecidas entre certos estados psicológicos (insegurança, tensão etc.) e certas situações sociais (recessão econômica, revolução, guerra etc.) e ainda a partir de condições específicas referentes ao indivíduo em causa. Porém, ao biógrafo ou ao pai do suicida, esse tipo de explicação poderá parecer insuficiente ou até mesmo irrelevante. Para eles, trata-se antes de buscar compreender a ocorrência na dramaticidade de sua significação pessoal em termos da singular situação de vida do indivíduo considerado. Este exemplo põe em relevo que a explicação dedutivo-nomológica apenas dá conta de acontecimentos singulares na medida em que seja possível (e interessante) tomá-los como exemplares de classes de acontecimentos similares²⁶. A compreensão,

24. M. Weber, "A 'Objetividade' do Conhecimento nas Ciências Sociais", em *Weber. Sociologia*, trad. e org. de A. Cohn e G. Cohn, São Paulo, Ática, 1982, p. 83.

25. "Há montanhas, árvores, animais, cães (dentre eles, perdigueiros irlandeses) e, em particular, o meu perdigueiro irlandês: Rover. É claro que eu posso olhar Rover como uma individualidade, como o meu insubstituível amigo e companheiro, ou apenas como um típico exemplar de 'perdigueiro irlandês', de 'cão', de 'mamífero', de 'organismo' ou de 'objeto do mundo exterior'. A partir disso, pode-se mostrar que fazer uma coisa ou outra [...] depende do meu efetivo interesse e do sistema de relações envolvido, isto é, do problema prático ou teórico que tenho 'em mãos'." A. Schutz, "Concept and Theory Formation in the Social Sciences", em *Collected Papers I - The Problem of Social Reality*, Holanda, Martius Nijhoff/The Hague, 4ª. ed., 1973, pp. 59-60.

26. "A *fortiori*, é impossível dar uma *explicação completa* de um evento individual, no sentido de dar conta de todas as suas características por meio de hipóteses universais", C. Hempel, "The Function of General Laws in History", republicado em *Aspects of Scientific Explanation*, Nova Iorque, The Free Press, 1970, p. 233.

diferentemente, visa ao individual, como dizia Dilthey. Compreender algo, seja uma ação, uma obra de arte etc., é apreender relações que revelam significados. Nesse sentido, não bastaria para compreender uma ação descrevê-la de um ponto de vista exterior ao ator dessa ação, seria necessário também estabelecer o significado que ela tem em termos de uma intencionalidade. É essa perspectiva que permitirá estabelecer relações “entre a multiplicidade das expressões de vida de outra pessoa e a estrutura de vida que é a sua base”²⁷.

Entretanto, quando se descreve o processo de compreensão nesses termos ou em termos semelhantes, corre-se o risco de ressaltar demasiadamente o caráter psicológico da compreensão. A compreensão passaria a depender de “afinidades”, de uma “experiência comum”, enfim de um processo de identificação empática entre observador e observado. É claro que essa psicologização do processo restringe excessivamente a sua fecundidade, pois o êxito do esforço compreensivo passa a depender, de um lado, da extensão e da qualidade da experiência de quem observa, e de outro, do estado de quem ou do que é observado. Na inexistência de múltiplos pontos de contato entre as vivências do observador e a situação observada, o esforço de compreensão poderá ter escassos resultados ou até mesmo ser impossível. As limitações do processo compreensivo, nas suas tendências psicologizantes, serão ainda mais drásticas se admitirmos como plausíveis as hipóteses referentes à motivação e repressão inconscientes, auto-engano ideológico etc. Nessas condições, a compreensão – longe de abrir novas perspectivas às ciências humanas – acaba sendo um leito de Procusto, que mutila o objeto dessas ciências reduzindo-o ao familiar e ao paroquial.

Mas, mesmo um autor como Dilthey, cuja linguagem é excessivamente psicológica (projeção, recriação, revivência etc.), distinguiu claramente entre “formas elementares de compreensão” que são exigidas pela comunicação e pela convivência sociais e a necessidade de tentativas mais sofisticadas de compreensão. A mesma distinção foi feita por outros autores. Este é um ponto importante porque enquanto “as formas elementares de compreensão” ou “a compreensão co-

27. W. Dilthey, “A Compreensão dos Outros e das suas Manifestações de Vida”, em P. Gardiner [ed.], *Teorias da História*, trad. de Vitor Matos e Sá, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1974, p. 265.

mo uma forma de experiência” situam-se no nível da aprendizagem e da percepção pessoais, a compreensão como um “método” teria de ser *mediada* por categorias teóricas.

No entanto, é extremamente difícil discernir os limites entre a compreensão do senso comum e aquela outra que teria um *status* metodológico. Evidentemente, não se trata apenas do conhecimento de diferenças óbvias entre os resultados toscos de um esforço comum de compreensão e outros mais sofisticados e sutis de um especialista. A idéia de método exige mais e, nessa linha, talvez apenas M. Weber tenha feito tentativa de elaborar procedimentos metodológicos realmente sistemáticos com a sua formulação da noção de “tipos ideais”. Aliás, com relação aos vários aspectos da questão da compreensão, a posição de Weber é muito interessante, pois em nenhum momento ele se deixou seduzir pela oposição radical entre a captação da “co-nexão de sentido” de uma ação e a sua explicação causal. Na verdade, ele nem mesmo admitiu a possibilidade de um conhecimento do indivíduo “sem a utilização de um conhecimento ‘nomológico’ – isto é, do conhecimento da regularidade das conexões causais”²⁸. Além disso, reconheceu claramente os riscos e, por vezes, a desnecessidade de uma psicologização do processo compreensivo como também a sua parcialidade e os seus limites:

Os limites entre uma ação com sentido e um modo de conduta meramente reativo (como aqui o denominaremos), não unido a um sentido subjetivamente mentalizado, são inteiramente elásticos. Uma parte muito importante dos modos de conduta de interesse para a sociologia, especialmente a ação puramente tradicional, acha-se na fronteira entre ambos. Uma ação com sentido, isto é, compreensível, não ocorre em muitos casos de processos psicofísicos, e em outros só existe para o especialista; os processos místicos não comunicáveis adequadamente por meio da palavra, não podem ser compreendidos pelos que não têm acesso a esse tipo de experiências. [...] O poder “reviver” plenamente algo alheio é importante para a evidência da compreensão, porém não é condição absoluta para a interpretação do sentido. Frequentemente, os elementos compreensíveis e os não compreensíveis de um processo estão unidos e mesclados entre si²⁹.

A lucidez revelada nessa passagem encaminhou Weber a buscar procedimentos metodológicos alternativos ou complementares à

28. M. Weber, *op. cit.*, p. 95.

29. Weber, *Economia y Sociedad*, trad. de J. Medina Echevarría *et alii*. Edição preparada por J. Winkelmann, México, Fondo de Cultura Económica, 2ª ed., 7ª impressão [4ª ed. alemã], 1984, p. 6.

compreensão fundada na identificação de “caráter empático: afetiva, receptivo-artística”. Dentre esses procedimentos releva a “construção de tipos [que] investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais, afetivamente condicionadas [...] que influem na ação, como ‘desvios’ de um desenvolvimento da mesma, ‘construído’ como puramente racional com relação a fins”³⁰. Contudo, extrapola os nossos propósitos, neste trabalho, examinar até que ponto a construção de “tipos ideais” poderá revelar-se um procedimento metodológico fecundo para os estudos humanos³¹. A nós, o que interessa ainda no esboço deste quadro conceitual é a questão da credibilidade científica do conhecimento obtido por meio da compreensão, quaisquer que sejam os procedimentos metodológicos utilizados. Aliás, esta questão já foi reconhecida por Dilthey e Weber e outros como fundamental. Não se trata, pois, de discutir se a compreensão pode ou não conduzir a conjecturas muito interessantes, mas, em face do reconhecimento do caráter conjectural desse conhecimento, indagar dos critérios de estabelecimento do seu valor de verdade. E é claro que essa questão não pode ser resolvida por um exame simplesmente interno do discurso interpretativo. Esse exame apenas poderia informar sobre a coerência lógica do conhecimento elaborado, mas nada nos adiantaria quanto a sua adequação empírica. Quando recorreremos à compreensão para uma “reconstituição hipotética”, é necessário, como disse Ladrière,

fazer atuar princípios de interpretação adequados. Ora, a elaboração de tais princípios coloca em jogo, necessariamente, o sujeito que interpreta e a compreensão que ele possui de si mesmo. Em outras palavras, toda compreensão hermenêutica do comportamento de outrem é, ao mesmo tempo e necessariamente, uma auto-compreensão do sujeito que interpreta por ele próprio³².

Daí a necessidade, também assinalada por Dilthey, Weber e outros³³, de se buscar critérios de validação exteriores à própria compreensão.

30. *Idem*, p. 7.

31. Questão, aliás, que o próprio Weber entendia que “nunca se poderá decidir *a priori* se se trata de mero jogo mental, ou de uma construção conceitual fecunda para a ciência. Também aqui apenas existe um critério, o da eficácia [...]. Portanto, a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como *meio* de conhecimento”. “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais”, *op. cit.*, p. 108.

32. J. Ladrière, *A Articulação do Sentido*, trad. de S. T. Muchail, São Paulo, E.P.U./Edusp, 1977, p. 40.

33. T. Abel, “The Operation Called *Verstehen*”, em H. Feigl, e M. Brodbeck [orgs.], *Readings in the Philosophy of Science*, Nova Iorque, Appleton-Century-Crofts, Inc., 1953, pp. 677-687.

Para finalizar este longo e, ao mesmo tempo, sumário quadro conceitual, cabe ainda assinalar que a opção entre compreensão e explicação, tal como tem sido colocada na maior parte das vezes, pressupõe que esses conceitos se refiram a recursos equivalentes e alternativos no processo de conhecimento da realidade, humana ou física, respectivamente. Na verdade, este entendimento envolve uma confusão conceitual (*category mistake*, na expressão de Ryle), porque compreensão e explicação não são procedimentos da mesma natureza e alternativos. A explicação, num sentido estrito, é uma forma especial de argumento dedutivo no qual a conclusão (*explanandum*) é o enunciado descritivo do fato empírico a ser explicado e as premissas (*explanans*) são enunciados referentes a leis gerais e certas condições específicas. Nessas condições, a avaliação de uma explicação é sobretudo uma questão lógica e não epistemológica ou metodológica, porque o essencial, no caso, é o exame das relações formais entre premissas e conclusão, já que os valores de verdade destes enunciados se pressupõem estabelecidos quando se constrói o argumento explicativo. Com relação à compreensão, a questão central é a dos critérios para o estabelecimento do valor de verdade das hipóteses que compõem a interpretação elaborada.

Não se trata, pois, de procedimentos equivalentes e alternativos, típicos, um das ciências humanas e outro, das ciências físicas. Além dessa confusão, é forçoso reconhecer que grande parte da discussão em torno do assunto tem um inegável sabor de escolasticismo. Os autores clássicos que iniciaram essa discussão partiram de questões concretas e interessantes para o estabelecimento da feição própria dos estudos científicos do homem, mas na época contemporânea, não poucas vezes, a polêmica tem se encaminhado para bizantinices analíticas. A esse propósito, Toulmin, com muita propriedade, observou que:

A atividade real de "explicar" tem sido para eles [os filósofos] algo secundário; [...] correspondentemente, a descoberta teórica consistiu, para eles, em trazer à luz os esquemas de relações (dedutivas) subjacentes aos "argumentos explicativos". Precisamos agora inverter esta relação entre argumentos explicativos e a atividade de explicar. Tal como os usamos aqui, os termos "explicar" e "explicação" serão referidos primariamente a uma classe de atividades humanas, que pode ou não incluir o estabelecimento de argumentos formais, demonstrativos; e apenas secundariamente serão aplicados aos esquemas formais que intervêm nas atividades explicativas³⁴.

34. S. Toulmin, *op. cit.*, p. 157.

Essa passagem resume muito apropriadamente a única conclusão possível sobre o assunto, a saber, dificilmente o esforço de conhecimento da realidade pode ser, num sentido estrito, identificado com uma metodologia rigidamente definida. Aliás, sem a formulação de perspectivas teóricas interessantes, a preocupação metodológica pode até mesmo ser vácuca e esterilizante.

Para, enfim, encerrar esta discussão, talvez valha a pena registrar a observação de Von Wright de que

Marx mostrou uma marcada ambivalência entre uma orientação "causalista" de um lado e de outro um orientação "hermenêutico-dialética" e "teleológica". [...] A este respeito, Marx pode ser, de modo interessante, comparado a Freud cujo trabalho numa explícita orientação em busca de explicações causais foi muitas vezes contrariado por uma implícita tendência hermenêutica e teleológica de seu pensamento³⁵.

PESQUISA PARTICIPANTE E POSITIVISMO DEGENERADO

Neste tópico vamos examinar questões que se filiam logicamente às questões anteriores, mas que na maior parte das vezes são discutidas isoladamente com grande prejuízo para uma discussão clara. Na verdade, a pesquisa participante e o positivismo degenerado são ilustrações expressivas de como a confusão conceitual pode atingir práticas investigatórias da vida cotidiana.

A Pesquisa Participante

A chamada "pesquisa participante", como linha de investigação, filia-se à tradição segundo a qual a metodologia das ciências humanas deve fundar-se num esforço de compreensão. Constitui, porém, um tipo especial de estudo que interpreta restritivamente a compreensão como um processo que ocorre basicamente numa situação de convivência social. Ainda assim, a expressão pode abranger uma ampla variedade de investigações empíricas com diferentes motivações. Desde Malinowski, por exemplo, a observação participante tornou-se prática rotineira e obrigatória dos estudos antropológicos e etnológicos³⁶.

35. G. H. Von Wright, *op. cit.*, [cap. 1] p. 173, nota 27.

36. "Foi o primeiro antropólogo a conduzir a sua investigação através da língua nativa, como também foi o primeiro a viver durante o seu estudo a vida da sociedade local. [...] Pode dizer-

Da mesma maneira, há décadas, nos Estados Unidos, difundiram-se padrões de investigação como a "pesquisa-ação" (*action research*) e a pesquisa operacional (*operations research*) com o propósito de resolver problemas práticos em áreas de assistência social, organização de empresas, educação, treinamento militar etc., sempre tomando a observação participante como procedimento fundamental³⁷.

Essa amplitude de utilização da observação participante não permite, sem mais, que todas as investigações em que ela ocorre possam ser colocadas numa mesma categoria. As investigações antropológicas ou etnológicas apenas eventualmente atendem a algum propósito prático, enquanto a pesquisa-ação, desde as suas origens até hoje, teve por objetivo, sistematicamente, algum tipo de intervenção na situação estudada.

Aqui interessa especialmente a análise da pesquisa participante tal como se difundiu no Brasil principalmente desde a década de 70 mais ou menos. Não obstante esse interesse específico, algumas das considerações a serem feitas referem-se à observação participante, qualquer que seja o tipo de investigação em que ela seja utilizada.

Um dos pressupostos da pesquisa participante é o de que a convivência do investigador com a pessoa ou grupo estudado cria condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que de outro modo não seria alcançável. Admite-se que a experiência direta do observador com a vida cotidiana do outro, seja ele indivíduo ou grupo, é capaz de revelar, na sua significação mais profunda, ações, atitudes, episódios etc., que, de um ponto de vista exterior, poderiam permanecer obscurecidas ou até mesmo opacas.

Como disse Evans-Pritchard, a propósito do caso da antropologia:

se com plena justiça que os estudos experimentais extensivos da Antropologia moderna derivam directa ou indirectamente do seu ensino, pois ele insistia sempre em que a vida social de uma sociedade primitiva só se pode compreender analisando-a a fundo." E. E. Evans-Pritchard, *Antropologia Social*, trad. de A. M. Bessa, Lisboa, Edições 70, 1985, p. 76.

No entanto, segundo F. Ferraroti, a primazia na utilização da observação participante cabe a Le Play, que dela teria se utilizado cinquenta anos antes de Malinowski. Cf. F. Ferraroti, *Histoire et Histoires de Vie*, trad. de M. Modak, Paris, Librairie des Méridiens, 1983, p. 43.

37. "Hoje, há uma clara distinção entre pesquisa operacional (*operations research*) e pesquisa-ação (*action research*), mas elas foram consideradas como se fossem a mesma coisa até a publicação de S. Corey: *Action Research to Improve School Practices*" [1953]. G. De Landsheere, *Empirical Research in Education*, Genebra, UNESCO, 1982, p. 15.

o antropólogo não poderá oferecer um bom estudo da sociedade que está a observar se não se colocar numa situação que lhe permita estabelecer vínculos de intimidade com os nativos, e, portanto, examinar as suas actividades diárias de dentro e não de fora da sua vida comunal. Deve viver, na medida do possível, no interior dos seus povoados ou acampamentos, tentando comportar-se como um elemento físico e moral da colectividade³⁸.

Sem dúvida, o pressuposto é razoável, mas é preciso fazer algumas qualificações, pois o êxito do observador em descobrir, pela convivência, interligações e seqüências significativas no emaranhado de ocorrências de cotidianidades alheias, depende fundamentalmente de qualidades próprias, tais como, sensibilidade pessoal, acuidade intelectual, capacidade de identificação empática etc. E, como observou o próprio Evans-Pritchard:

É evidente que ele [o antropólogo] só pode instaurar essa intimidade se logra converter-se num membro da sociedade e viver, pensar, sentir segundo a sua cultura [dela], pois só ele, e não eles [o grupo estudado], pode efectuar a adaptação necessária para que isto seja possível³⁹.

Fica claro, nessa passagem, que a mera convivência (base essencial da pesquisa participante) não oferece em si mesma nenhuma garantia de uma observação metodologicamente privilegiada, pois para isso ocorrer é preciso o observador “converter-se num membro” do grupo estudado. Nessas condições, é até impróprio falar de uma metodologia quando os resultados de sua “aplicação” dependem muito mais de raras qualidades pessoais do investigador do que de quaisquer características identificáveis de procedimentos utilizados. É verdade que a literatura científica registra trabalhos que são exemplos notáveis de como, às vezes, o procedimento (a observação participante) permitiu a obtenção de resultados altamente interessantes. Esse é o caso do próprio autor citado com o seu estudo sobre a bruxaria entre os Azande, do estudo de Goffman sobre a internação psiquiátrica e de outros. Mas, mesmo admitindo-se que um eventual observador possua qualidades pessoais que o credenciem a ter êxito numa tentativa de identificação empática com os indivíduos estudados, ainda assim há limites para esse êxito em algumas situações e eles são provavel-

38. E. E. Evans-Pritchard, *op. cit.*, p. 79.

39. *Idem*, p. 80.

mente intransponíveis. Weber já chamou a atenção para esses limites no caso de processos místicos e para qualquer situação na qual as ações alheias envolvam a adesão a valores "radicalmente distintos de nossas próprias valorizações". Nesses termos, a recomendação de Evans-Pritchard de que o observador deve "sentir segundo a cultura" estudada precisa ser entendida antes como um objetivo do esforço de compreensão do que como prescrição metodológica.

É por isso que os exemplos notáveis não podem obscurecer o fato de que a observação participante pode deixar de ser uma "noção valiosa" para os estudos humanos para transformar-se numa fonte de "má fé" quando se pretende que o investigador possa despojar-se deliberadamente de seus condicionamentos culturais. Esse desnudamento cultural exigiria – para usar as palavras de G. Bachelard com relação a um problema análogo – que "a alma decretasse a sua própria ingenuidade". Na consciência dessa limitação séria dos resultados da observação participante, alguns autores têm feito advertências sobre o risco de se dar por suposta, sistematicamente, a real ocorrência de um processo de identificação entre o pesquisador e os indivíduos ou grupos estudados⁴⁰. E, mesmo nos casos em que a identificação é obtida, corre-se um outro tipo de risco, que é o de excessiva psicologização do processo de compreensão. Talvez a psicologização seja em parte inevitável e mesmo necessária como condição de acesso à compreensão de cotidianidades alheias, mas há nisso sempre a possibilidade de um realce demasiado dos componentes subjetivos dessas cotidianidades. E, a não ser naqueles estudos em que a dimensão subjetiva da vida cotidiana seja de especial interesse (os casos clínicos, por exemplo), a sua excessiva visibilidade nas situações observadas poderá obscurecer o essencial no estudo da cotidianidade (com vistas a uma ciência do homem), que é o rastreamento de suas determinações histórico-sociais.

No Brasil, nos últimos anos, houve uma expressiva difusão da prática da pesquisa participante. Embora, muitas vezes, os responsáveis por essa difusão tenham insistido na apresentação da pesquisa participante como expressão de uma nova visão da ciência social em contraposição a uma visão positivista-quantitativa, as alegações nesse

40. Vide por exemplo: C. Geertz, *A Interpretação das Culturas*, trad. de F. Wrobel, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 30, e M. M. Campos *et alii*, "Quais as Questões Básicas, Hoje, para um Debate sobre Pesquisa Participante?", em *Em Aberto*, Brasília, Ano 3, n. 20, abril 1984, p. 21.

sentido são pouco convincentes e frouxas, limitando-se à repetição de *slogans*. Como veremos mais adiante, o positivismo combatido é apenas uma contrafação estereotipada deste movimento e, na prática, nada inova quanto ao instrumental utilizado. O que realmente marca a maré montante do modismo da pesquisa participante no período é a forte motivação política. É por esta razão que se compreende como essa prática de investigação acabou atraindo não apenas intelectuais como também outros grupos, principalmente religiosos, todos eles ávidos de uma atuação política que em outros termos seria inviável⁴¹.

Embora, neste trabalho, não interesse especificamente a análise da pesquisa participante como modalidade da atuação política, é inegável que em muitos casos a motivação política prevaleceu sobre quaisquer outros aspectos desse tipo de investigação. Há ainda que lembrar que a acentuação de propósitos práticos, político-sociais ou outros, não constitui uma distorção da feição da pesquisa participante desde o seu início⁴². Aliás, numa caracterização feita pelo *International Council of Adult Education*, o propósito prático aparece como inerente à pesquisa participante no elenco de suas características básicas:

1. O problema tem origem na própria comunidade, que o define, analisa e resolve.
2. O objetivo principal da pesquisa é a transformação radical da realidade social e a melhoria de vida das pessoas envolvidas. Os beneficiários da pesquisa são os próprios membros da comunidade.
3. A pesquisa participante exige o completo e integral envolvimento da comunidade durante todo o processo de investigação.
4. A pesquisa participante compreende todos os grupos de pessoas que não têm poder: os explorados, os pobres, os oprimidos, os marginais etc.
5. A pesquisa participante pode criar uma maior consciência nas pessoas de suas próprias condições e mobilizá-las para um auto-desenvolvimento.
6. Trata-se de um método mais científico de investigação social, porque a participação da comunidade facilita uma análise mais precisa e autêntica da realidade.
7. O pesquisador é um participante comprometido e um aprendiz durante todo o processo de investigação, o que conduz à militância e não à indiferença⁴³.

41. Veja-se a propósito: C. R. Brandão [org.], *Pesquisa Participante*, São Paulo, Brasiliense, 5ª ed., 1985, e também outra coletânea, do mesmo organizador, *Repensando a Pesquisa Participante*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

42. Cf. S. M. Corey, *Action Research to Improve School Practices*, Nova Iorque, Columbia University, 1953, e também G. De Landsheere, *op. cit.*, que tem uma notícia histórica do desenvolvimento e difusão da pesquisa participante.

43. Esse texto foi retirado da obra de Landsheere já citada, como tendo sido divulgado pelo *International Council of Adult Education*, mas P. Demo, que também se utiliza dele, atribui a sua

Fica muito visível nessa descrição a grande distância entre a *convivência* de observadores e observados tal como se dá nessas pesquisas e aquela da investigação antropológica ou etnológica. Nessas, a *convivência* é buscada como condição privilegiada para observação, enquanto naquelas, a *convivência* é sobretudo condição para uma participação numa atuação coletiva com vistas à solução de problemas de um grupo social ou comunidade. Esta diferença sugere que talvez se deva buscar critérios diferentes para avaliar a observação participante num caso e no outro.

Com relação à observação participante no caso antropológico e etnológico, já fizemos algumas considerações sobre os seus riscos e limitações. No outro, cabe apenas chamar a atenção – nos limites do nosso interesse pelo assunto – para o fato de que na verdade não se trata de uma investigação no sentido canônico da expressão. O esforço de convivência “engajada” com grupos de oprimidos, de marginais, de pobres etc., esse desejo de “passear no mundo”, como disse Lefebvre, talvez seja muito mais a expressão de angústias existenciais que se externam numa militância talvez mais missioneira do que política⁴⁴.

Uma avaliação lúcida e insuspeita dessa modalidade de pesquisa participante é a feita por P. Demo:

A PP tem tudo para ser apenas a próxima farsa. Em vez de superar a decepção histórica com respeito à utilidade das ciências sociais para os dominados, pode refinar os controles sociais vigentes e, num pacote bonito, esconder um “presente de grego”. A farsa não seria, de modo algum, peculiaridade de instituições oficiais ou governamentais [...]. Ela não é menos possível entre os pesquisadores que se querem de “esquerda”, quando, por exemplo, não problematizam sua identidade com os dominados [...].

Ademais, a PP ainda vive, de modo geral, mais do entusiasmo do que da fundamentação teórica. Alguns simplesmente se refugiam no materialismo histórico, transformando-o numa “receita culinária”, ou seja, precisamente naquilo que se rejeitava na pesquisa tradicional⁴⁵.

autoriza a Hall Budd, “Participatory Research, Popular and Power: A Personal Reflection”, em *Convergence*, 14(3):7-8, 1981, que não tivemos oportunidade de consultar.

44. “O intelectual abstraído, movendo-se no irreal, sentia a necessidade de ‘engajar-se’ na vida, na ação. Ele ia agir para agir – para engajar-se! Desvario tão grande quanto a arte pela arte ou o pensamento pelo pensamento; alienação nova: situação ridícula do ‘pensador’ que quer engajar-se e que descobre subitamente que ele já estava engajado!” H. Lefebvre, *Critique de la Vie Quotidienne (I - Introduction)*, Paris, L’Arche Editeur, 1958, p. 198.

45. P. Demo, “Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante”, em C. R. Brandão, *Repensando a Pesquisa Participante*, São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 104-105.

Para finalizar estes comentários, talvez ainda valha a pena referir o fato de que na onda do entusiasmo com relação à pesquisa participante, politicamente motivada, difundiu-se também, principalmente em estudos do cotidiano escolar, a simples prática acadêmica dessa investigação, mas despojada da motivação daquelas. Nesses casos, o que restou foi muito pouco, qualquer que seja o ponto de vista da análise, pois nem mesmo há a atenuante do esforço de participação político-social na solução de problemas comunitários⁴⁶.

Positivismo Degenerado

Com a sumária caracterização da pesquisa participante florescente no Brasil nos últimos anos, pretendemos evidenciar que ela não representa nenhuma “solução metodológica” para o problema de investigação da vida cotidiana escolar, ainda quando competentemente conduzida. A prática da observação participante, em si mesma, não garante a obtenção de resultados interessantes.

Examinaremos agora uma outra prática de investigação, menos atraente que a pesquisa participante, mas que tem com esta dois pontos em comum, pois também não representa uma solução metodológica para o estudo da vida cotidiana e, igualmente, rejeita de maneira arrogante e inconseqüente o que se chama ambigüamente de *ciência positivista*.

Aliás, a expressão “positivismo”, embora de uso muito freqüente, quando utilizada pelos detratores desse movimento, é sempre pesadamente ambígua e carregada de um sentido pejorativo. Porém, essa ambigüidade talvez não seja intencional e, provavelmente, se deve à própria complexidade do que se chama sumariamente de movimento positivista, incluindo-se nele desde os escritos de Comte – passando pelas teses radicais do Círculo de Viena e do fisicalismo – até as for-

46. Uma ilustração, até mesmo exagerada, dessa linha de investigação, podemos encontrar num “estudo da dominação e resistência no cotidiano escolar”, recentemente publicado. Nele, a autora, que se utilizou da observação participante, conseguiu registrar alguns comportamentos de indisciplina, troca, rebeldia etc., aliás, banais em qualquer situação escolar, mas que no estudo são interpretados como indicativos de uma recusa da escola em refletir sobre a sua vida cotidiana. Como dissemos, esse tipo de exercício acadêmico, além de não ter o impulso generoso da pesquisa participante politicamente motivada, também não serve a nenhum propósito prático, que marcou a *action research* desde o seu início. Cf. M. E. D. A. de André, “O Repensar da Didática a partir do Estudo da Dominação e Resistência no Cotidiano Escolar” São Paulo, FEUSP, em *Revista da Faculdade de Educação*, vol. 14. n. 1, jan.-jun. 1988, pp. 35-41.

mulações sensivelmente atenuadas de Carnap e Hempel já na década de 50⁴⁷. O historiador de filosofia que estudou o período sabe, no entanto, que "positivismo" foi um rótulo aposto a visões tão diferenciadas com relação à ciência que a utilização da mesma expressão para designar toda essa variedade de posições, muitas vezes conflitantes, apenas se justifica na medida em que todas elas poderiam ser enquadradas, num sentido amplo, na matriz empirista de concepções do conhecimento científico⁴⁸. Por isso, nessa tradição, ocupam posição central os conceitos de experiência e de observação. Em conseqüência, todas as variedades do positivismo, não obstante suas divergências, poderiam ser caracterizadas pelo modo como evoluíram, no seu âmbito, os problemas ligados às dificuldades, aos limites e ao valor da observação científica. E com relação a esse conceito-chave do movimento positivista, seria primário confundir, numa mesma rejeição liminar, como é usual, uma posição como a de Mach, segundo o qual

É das sensações e de suas combinações que surgem os conceitos; num caso qualquer, seu papel é o de conduzir-nos pelos caminhos mais cômodos e mais rápidos às representações sensíveis que estejam de perfeito acordo com as sensações. Assim toda vida intelectual parte das sensações para voltar a elas. [...] É necessário não olvidar que os fenômenos que, de fato, escapassem completamente a *todos* os nossos sentidos, não seriam e não poderiam nunca ser-nos *revelados*⁴⁹,

com a posição crítica e atenuada de Carnap, na qual o conceito de "observação" é despojado de sua aparente clareza e objetividade para revelar-se em toda a complexidade com o qual é efetivamente utilizado na ciência:

Uma das distinções mais importantes entre dois tipos de leis da ciência é a distinção entre as leis empíricas e as leis teóricas [não há uma terminologia aceita geral-

47. É imensa a bibliografia sobre essa evolução histórica, mas vale a pena destacar as obras referidas nas notas 55 e 58 para obter-se uma relação dos principais trabalhos sobre o assunto desde o Manifesto do Círculo de Viena até a década de 70.

48. "Os precursores do empirismo lógico são, na opinião dos próprios membros do movimento (Círculo de Viena), todos aqueles filósofos e cientistas que mostraram uma clara tendência antimetafísica ou anti-especulativa, realista ou materialista, crítica ou cética." J. Jorgensen, *The Development of Logical Empiricism* [International of Unified Science], vol. 2, n. 9, Chicago, The University of Chicago Press, 2ª ed., 1954, p. 6.

O próprio Marx por sua tendência materialista foi incluído pelos membros do Círculo dentre os precursores do movimento neopositivista do século XX.

49. E. Mach, *Conocimiento y Error*, trad. de Cortés Pla, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1948, pp. 126-128.

mente]. Leis empíricas são as que podem ser confirmadas diretamente mediante observações empíricas. Usualmente, se utiliza o termo "observável" para designar um fenômeno que pode ser observado diretamente; nesse sentido pode dizer-se que leis empíricas são leis acerca de observáveis.

Neste ponto, devemos fazer uma advertência. Os filósofos e os cientistas utilizam de maneira muito diferente os termos "observável" e "não-observável". [...] Aqui não se trata de quem utiliza o termo "observável" de maneira correta ou adequada. Há um contínuo que começa com observações sensoriais diretas e passa a métodos de observação enormemente complexos e indiretos. [...] Em geral, o físico fala de observáveis num sentido muito amplo, comparado com o estreito sentido que o filósofo dá à palavra, porém, em ambos os casos, a linha de separação entre o observável e o não-observável é muito arbitrária. [...] Os termos de uma lei teórica não se referem a observáveis ainda que se adote o significado amplo que lhe dá o físico. São leis acerca de entidades tais como moléculas, átomos, elétrons, prótons, campos eletromagnéticos etc., que não podem ser medidas de maneira simples e direta⁵⁰.

Com o confronto dessas passagens de Mach e Carnap, queremos apenas dar um exemplo de como, no bojo do próprio positivismo, evoluiu-se para uma consciência mais crítica do papel do conceito de observação em ciência e dos complexos problemas epistemológicos que podem ser colocados a propósito da clássica distinção entre termos teóricos e termos de observação. Já na década de 50, não mais prevaleciam as teses radicais do reducionismo physicalista, mas tinha-se chegado à clara percepção de que as teorias são "descrições de sistemas de não-observáveis que se relacionam de modo não completamente especificável com suas manifestações observáveis e, que nessas condições, o aparato teórico é central e a ênfase da análise deve ser posta em como esse aparato teórico se relaciona com os fenômenos"⁵¹. Esta posição está muito distante da ingenuidade machiana de querer derivar da observação o próprio aparato conceitual da ciência.

No entanto, nem mesmo os refinamentos das últimas posições do positivismo conseguiram eliminar os sérios embaraços lógicos e epistemológicos dessa concepção da ciência e que têm sido sistemática e demolidoramente denunciados⁵².

50. R. Carnap, *Fundamentación Lógica de La Física*, trad. de N. Míguez, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1969, pp. 299-301.

51. F. Suppe, "Introduction", em *The Structure of Scientific Theories*, Chicago, University of Illinois Press, 1974, p. 58.

52. A obra citada na nota anterior é uma excelente visão geral dos principais pontos criticados bem como dos argumentos utilizados. Trata-se dos anais de um simpósio sobre a estrutura das teorias científicas (Urbana, Estados Unidos, 1969) que teve como um dos objetivos principais o exame das repercussões do positivismo lógico na filosofia da ciência do século XX.

Contudo, não são esses embaraços que nos interessam neste momento, mas o fato de que, desconsiderando inteiramente as profundas modificações das teses positivistas e as críticas referidas na geração anterior, tem persistido, ao longo de décadas, uma visão fortemente depreciativa desse movimento em alguns círculos intelectuais, inclusive dentre os marxistas. Com relação a estes últimos, a origem dessa visão negativa talvez esteja na veemente crítica de Lenine (*Materialismo e Empiriocriticismo*) feita, no início de século, aos trabalhos de Mach e Avenarius. Independentemente do ajuizamento da adequação dessa crítica, a sua persistência pura e simples, sendo aplicada a teses muito posteriores e substantivamente modificadas, indica, seguramente, que a sua matriz é fruto mais de um sentimento de rejeição ideológica do que de análise, e aí "positivismo" passa a indicar algo confusamente oposto à dialética.

Mas, não obstante essa confusão geral e a aversão ideológica ao positivismo, o interessante é que, no Brasil principalmente, persistem na prática da pesquisa em ciências sociais, incluída aí a pesquisa educacional, hábitos metodológicos que poderiam, com muita propriedade, ser tomados como expressão legítima de um positivismo tosco e degenerado, que não era praticado nem mesmo na pré-história desse movimento. O exemplar típico desse pendor metodológico é – numa visão caricata, mas não muito exagerada – um padrão de trabalho que se inicia por enfáticas declarações metodológicas dialetizantes (que, aliás, não produzem nenhum efeito visível na condução da investigação), prossegue com discutível recolhimento de dados, quase sempre qualitativos, e que, finalmente, conclui reafirmando o que de antemão já estava aceito. Na pesquisa educacional, esse positivismo degenerado é a contraparte empirista do abstracionismo pedagógico, examinado no capítulo 2⁵³. Hesitamos inicialmente entre as ex-

53. Um exemplar notável, e até paradigmático desse gênero de investigação, pode ser encontrado no livro *As Belas Mentiras* [M. L. C. D. Nosella, São Paulo, Moraes, 5ª ed., s/d]. Nele, a autora apresenta como "referencial teórico" várias considerações sobre a escola como aparelho ideológico do Estado, destinada à "imposição da visão de mundo da classe dominante à classe dominada" para impedir "que esta última tenha a possibilidade de elaborar a sua própria visão de mundo" [p. 27]. A partir daí, a autora formula a hipótese de que "os textos de leitura dos livros didáticos das quatro primeiras séries do Primeiro Grau transmitem uma ideologia, formulada e imposta pela classe dominante à classe dominada, como sendo a única e verdadeira visão do mundo" [p. 13].

Para "provar" essa hipótese, ela escolhe alguns livros didáticos e neles alguns temas. Com relação aos livros escolhidos, a autora, a rigor, não explicitou os critérios de escolha, justifican-

pressões “primitivo” e “degenerado” para designar essa variedade de positivismo. Acabamos por preferir esta última porque a primeira seria mais apropriada para referência à posição ingênua dos primeiros positivistas de buscar ascender de observações “objetivas” para teorias explicativas. Embora haja nesse esforço um equívoco metodológico e epistemológico, não é esse o caso que mais nos preocupa. O mais grave é a prática que *espertamente* seleciona na realidade os dados que se ajustam e ilustram as teorias defendidas, desprezando-se sistematicamente os demais. Nessa prática, a presença da teoria (ou de fragmentos dela) é mistificadora, porque nem mesmo se admite a possibilidade de que ela corre algum risco de desmentidos empíricos. Bacon – um dos precursores mais interessantes do positivismo – já denunciara essa esperteza metodológica⁵⁴.

do-se com a afirmação de que “substancialmente, [...] percebe-se que há, realmente, uma espécie de ‘texto único’ ” [p. 15], pois “existindo um único sistema sócio-econômico em todo o país, a ideologia dominante é sempre a mesma...” [p. 15]. Para elaborar a lista inicial de livros, a autora tomou uma amostra de 44% das escolas oficiais do Estado do Espírito Santo “por ser o local onde se desenvolveram as atividades profissionais da Autora [sic]” [p. 16], mas esse critério “de maneira nenhuma impugna o alcance universal do presente estudo” [p. 16]. Aliás, não fica muito claro o porquê da consulta às escolas, pois inúmeras vezes o texto utilizado na análise foi indicado uma única vez no conjunto das 161 escolas da amostra. O exame efetuado pela autora consistiu na transcrição de textos seguidos de comentários indicativos de que eles são uma forma de inculcação da ideologia dominante. Nesta parte, o ridículo foi inevitável. Uma variante da história de João Felpudo [p. 159], por exemplo, é mostrada como exemplar de textos “de conteúdo elitista [que] humilham as crianças pobres que, na maioria das vezes, sentem-se sujas, não por ignorarem os hábitos de higiene, mas, principalmente, por falta de recursos...” [p. 160]. Muitas vezes, a historieta escolhida pertence ao folclore universal há centenas de anos e está presente em culturas muito diferentes, mas a autora ignora esses elementos e apresenta a narrativa como ilustração da inculcação programada pela classe dominante no Brasil contemporâneo para reprodução da sua ideologia. Esse tipo de investigação não apenas nada avança em termos de conhecimento, como também desserve a própria teoria abraçada, pois, no caso, reduz o marxismo à idéia de que há classe dominante e classe dominada e que a escola é instrumento utilizado pela primeira para oprimir a segunda. Ponto final.

54. “O intelecto humano, quando assente em uma convicção (ou por já bem aceita e acreditada ou porque o agrada), tudo arrasta para seu apoio e acordo. E ainda que em maior número, não observa a força das instâncias contrárias, despreza-as, ou, recorrendo a distinções, põe-nas de parte e rejeita, não sem grande e pernicioso prejuízo. Graças a isso, a autoridade daquelas primeiras afirmações permanece inviolada. E bem se houve aquele que, ante um quadro pendurado no templo, como ex-voto dos que se salvaram dos perigos de um naufrágio, instado a dizer se ainda se recusava a aí reconhecer a providência dos deuses, indagou por sua vez: ‘E onde estão pintados aqueles que, a despeito do seu voto, pereceram?’ Essa é a base de praticamente toda superstição, trate-se de astrologia, interpretação de sonhos, augúrios e que tais: encantados, os homens, com tal sorte de quimeras, marcam os eventos em que a predição se cumpre; quando falha – o que é mais freqüente –, negligenciam-nos e passam adiante. Esse mal se insinua de maneira muito mais sutil na filosofia e nas ciências. Nestas, o de início aceito tudo impregna e reduz o que segue, até quando parece mais firme e aceitável. Mais ainda:

Mas as esperanças positivistas das primeiras formulações, mesmo quando não agravadas ideologicamente, representam um desca-
minho em termos de estudo do cotidiano, pois é vão esperar que a to-
talidade da vida cotidiana possa ser apreendida por uma integrali-
zação de observações pontuais, qualquer que seja o seu número. E is-
so por duas razões: uma, a incompatibilidade lógica dessa pretensão
com a própria idéia de totalidade como um todo não aditivo; e a ou-
tra, a impossibilidade metodológica de realizar descrições exaustivas
de partes cuja reunião conduziria a uma descrição totalizadora⁵⁵. Na
verdade, por essa via – a integralização de observações pontuais –,
não existe a possibilidade de apreensão da totalidade da vida cotidia-
na, e esse caminho deve ser descartado de plano, a não ser que, como
mostramos anteriormente, tome-se por essa apreensão uma contra-
fação dela que seria a de considerar a idéia de totalidade como uma
categoria abstrata à qual se referem dados que, noutras condições, se-
riam inteiramente desconexos. Aliás, é isso que tem sido feito muitas
vezes quando nos deixamos seduzir pela “tentação do conhecimento
total” tão freqüente nas ciências humanas. Mas, como disse Hermann
Biondi, essa tentação tem sido contraproducente porque “a ciência é,
por natureza, inexaurível. Sempre que se incorporam novas tecnolo-
gias à experimentação e à observação existe a possibilidade e mesmo
a probabilidade de que se descubram coisas que antes nem se sonha-
vam”⁵⁶.

mesmo não estando presente essa complacência e falta de fundamento a que nos referimos, o
intelecto humano tem o erro peculiar e perpétuo de mais se mover e excitar pelos eventos
afirmativos que pelos negativos, quando deveria rigorosa e sistematicamente atentar para am-
bos. Vamos mais longe: na constituição de todo axioma verdadeiro, têm mais força as instân-
cias negativas.” *Novum Organum*, Livro I, XLVI.

55. Aliás, sobre esse ponto, M. Weber, já em 1904, dizia que “nem sequer se pode pensar a mera
descrição exaustiva do mais íntimo fragmento da realidade. Pois o número e a natureza das
causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre *infinitos*, e não existe
nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa en-
trar isoladamente em linha de conta”. M. Weber, “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas
Ciências Sociais”, em *Max Weber. Sociologia* [coletânea organizada por G. Cohn], trad. de A.
Cohn e G. Cohn, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1982, p. 94.
56. H. Biondi, “A Tentação do Conhecimento Total”, em *A Enciclopédia da Ignorância*, R. Ducan
e M. Weston-Smith [orgs.], trad. de C. A. Lambach *et alii*, Brasília, Universidade de Brasília,
1981, p. 22.